



PESTES E EPIDEMIAS

ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
EM HUMANIDADES

Coordenadores: Joaquim Pinheiro | Samuel Mateus | Mario Franco

lúmus

PESTES E EPIDEMIAS

ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
EM HUMANIDADES

Coordenadores: Joaquim Pinheiro | Samuel Mateus | Mario Franco



TÍTULO

Pestes e Epidemias: Estudos Interdisciplinares em Humanidades

COORDENAÇÃO

Joaquim Pinheiro, Samuel Mateus & Mario Franco

FILIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS COORDENADORES:

Universidade da Madeira, Faculdade de Artes e Humanidades

ASSISTENTES EDITORIAIS

Adriana Teixeira, Ana Carina Figueira e Cátia Gouveia

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Marco Câmara | Gabinete de Comunicação e Marketing da Universidade da Madeira

© Edições Húmus, Lda e Autores, 2022

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

ISBN

978-989-755-754-5

DOI

<https://doi.org/10.34640/universidademadeira2022pinheiromateusfranco>

IMPRESSÃO

Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão

1.ª edição: Maio de 2022

Depósito Legal:

498121/22

Nota de edição

Nos textos em Língua Portuguesa, os Coordenadores do Volume respeitaram a ortografia seguida pelos Autores.

Todos os textos que integram este Volume foram submetidos a arbitragem científica

COMISSÃO CIENTÍFICA DO VOLUME

Adélio Fernando Abreu, Universidade Católica Portuguesa

Alda Portugal, Universidade da Madeira

Ana Isabel Buescu, Universidade Nova de Lisboa

Ana Isabel Moniz, Universidade da Madeira

Andréa Maia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Catarina Rodrigues, Universidade dos Açores

Cristina Santos Pinheiro, Universidade da Madeira

Daniel Tércio Guimarães, Universidade de Lisboa

Eunice Ribeiro, Universidade do Minho

Gianfranco Ferraro, Instituto de Filosofia da Nova

Gisela Gonçalves, Universidade da Beira Interior

Ivo Furtado, Universidade da Madeira

Joaquim Paulo Serra, Universidade da Beira Interior

José Manuel Sobral, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Luísa Maria Paolinelli, Universidade da Madeira

Maria Cristina Almeida e Cunha, Universidade do Porto

Maria Filomena Andrade, Universidade Aberta

Paulo Osório, Universidade da Beira Interior

Rodrigo Gomes, Universidade de Coimbra

Vera Amorim, Instituto Politécnico de Lisboa

índice

- 9 Introdução
 Joaquim Pinheiro, Samuel Mateus, Mario Franco
- 13 Descrições da peste na historiografia bizantina dos séculos XIV e XV
 Rui Carlos Fonseca
- 27 A vulgarização do léxico da peste após a Peste Negra como testemunho
 de memória: o caso do Entre-Douro-e-Minho (Portugal)
 André Filipe Oliveira da Silva
- 49 Peste, castigo e misericórdia no Funchal quinhentista:
 São Tiago Menor, padroeiro e rogador a Deus pelo povo da cidade
 Nelson Veríssimo
- 61 “Evitar que o mal não padeça mais avante” – O Regimento da Saúde
 de D. João III e a experiência italiana de saúde pública
 Edite Martins Alberto, Joana Balsa de Pinho
- 77 A Portuguese Treatise on the Plague:
 João Curvo Semedo’s *Tratado da Peste*
 Gabriel A. F. Silva
- 91 Cólera e Carnaval em Porto Alegre (RS/Brasil)
 na segunda metade do século XIX
 Caroline P. Leal
- 107 Santos: porto do café e das epidemias -
 experiências, cotidiano e imigração
 Maria Izilda Santos de Matos, Bruno Bortoloto do Carmo
- 125 “Subsistências”: Carências e açambarcamentos alimentares durante
 a pneumónica de 1918 sob o olhar de um periódico local
 Guida Cândido
- 139 Les récits de la peste comme mode de connaissance,
 de mémoire et d’identification
 Chantal Louchet
- 155 Um Diário convertido em crónicas e um Jornal em forma de romance:
 as narrativas de pestilências de Daniel Defoe (1722) e Gonçalo M.
 Tavares (2020)
 Ana Isabel Correia Martins

- 171 Paisagens pandêmicas na literatura:
não-fruição da paisagem sob estado sanitário de exceção
Fabiano Dalla Bona, Carolina de Castro Wanderley
- 179 O Fenómeno Semiológico das Máscaras em Contexto Pandêmico
Sara Inês Rodrigues Gaspar, Eduardo José Marcos Camilo, Rafaela Norogrande
- 195 As “Bexigas Negras” e os Museus Históricos
Rosa Henriques de Gouveia, Teresa Ferreira, Lina Carvalho, Carlos Robalo Cordeiro
- 203 Pessoas e organizações no quotidiano pandêmico:
uma construção social da realidade?
Pedro Eduardo Oliveira Ribeiro
- 219 O paradigma da peste: Índices de ruptura em situações de calamidade
Rodrigo Barros Gewehr
- 237 O *Ethos* patético e as campanhas de publicidade
“Thank you” durante a pandemia de SARS-COV-2
Samuel Mateus

« Tout le monde sait que les pestes ont une façon de se reproduire dans le monde, mais d'une manière ou d'une autre, nous avons du mal à croire en celles qui nous tombent sur la tête à cause d'un ciel bleu. Il y a eu autant de fléaux que de guerres dans l'histoire, mais toujours des fléaux et les guerres prennent les gens également par surprise ».

Albert Camus, *La Peste*

Cólera e Carnaval em Porto Alegre (RS/Brasil) na segunda metade do século XIX

CAROLINE P. LEAL*

Resumo

Tomando a doença como objeto de pesquisa e visando discutir a influência das pestes e epidemias nas práticas culturais, o presente artigo apresenta um estudo relativo às doenças e suas dimensões socioculturais. Nosso objetivo é investigar o surto de cólera que assolou a cidade de Porto Alegre (RS/Brasil), em fins de 1855, e suas consequências na forma da população celebrar o carnaval. A partir da análise de fontes como Relatórios dos Presidentes da Província, Código de Posturas Municipais, Termos de Vereança, além de jornais e fontes bibliográficas, indicamos que, embora a epidemia de cólera tenha exercido um grande impacto sobre as sensibilidades individuais e coletivas, parece não ter tido ancoragem no sistema de representação social, facilitando a manutenção de antigas formas de celebração do carnaval, após superado o trauma da experiência epidêmica.

Palavras-chave: Epidemias, Cólera, Manifestações culturais, Carnaval, Entrudo.

Abstract

Having defined disease as a research object and aiming to discuss the influence of plagues and epidemics on cultural practices, this article presents a study on diseases and their sociocultural dimensions. Our objective is to investigate the cholera outbreak that devastated the city of Porto Alegre (RS/Brazil) in late 1855, and its consequences on the way the population celebrated the carnival. Based on the analysis of sources such as Reports of the Presidents of the Province, Code of Municipal Postures, Terms of Council, as well as newspapers and bibliographical sources, we can see that, although the cholera epidemic

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
aentrudeira@gmail.com

had a great impact on individual and collective sensibilities, it does not seem to have had an anchorage in the social representation system, facilitating the maintenance of old forms of celebrating carnival, after overcoming the trauma of the epidemic experience.

Keywords: Epidemics, Cholera, Cultural events, Carnival, Shrovetide.

O mundo atual, marcado pela pandemia da Covid-19, provocou profundas transformações no modo de nos relacionarmos. O isolamento social, necessário para a contenção da propagação do coronavírus, promoveu uma readequação de espaços e lugares, restringindo nossa sociabilidade ao mundo virtual. Se por um lado o momento nos traz muitas incertezas; por outro, nos permite olhar para o passado, em busca dos impactos sociais também causados por outras pestes e epidemias. No século XIX, por exemplo, foi recorrente a disseminação de epidemias como a Peste Bubônica, a Febre Amarela, o Tifo e Cólera pelo mundo. Comuns em cidades portuárias, que possuíam grande circulação de pessoas, e poucos cuidados sanitários, essas doenças provocaram fugas e isolamentos como forma de proteção, afetando os modos de ser e conviver das populações (Balestro, 2017; Kodama & Pimenta, 2020).

A cólera, infecção intestinal aguda causada pela ingestão de *Vibrio cholerae*, uma bactéria presente na água e nos alimentos contaminados por fezes (Organização Mundial Da Saúde, 2011), surgiu na Índia, por volta de 500 a.C. No século XIX, contudo, atingiu uma escala mundial: China, Japão, Europa, América do Norte, alcançando a América do Sul, a partir da segunda metade daquela centúria (Lewinsohn, 2003). Em seu terceiro surto epidêmico, a pandemia foi registrada no Brasil pela primeira vez. A bordo da galera *Deffensor*, que saíra do Porto, em Portugal, com 304 colonos a serviço da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, a moléstia aportou em Belém do Pará. Em menos de um ano, se espalhou pelo restante do país, alcançando o extremo-sul do Império, antes mesmo de terminar o ano (Balestro, 2017).

Desta forma, neste trabalho buscaremos analisar as consequências do surto epidêmico de cólera nas práticas culturais, em especial, nas manifestações carnavalescas, em Porto Alegre (RS/Brasil), na segunda metade do século XIX. De que forma a epidemia de cólera modificou os costumes da população no que tange ao festejar o carnaval? Há de se ressaltar que, embora a epidemia de cólera tenha tido um alto impacto nos índices de mortalidade, ela é relativamente esquecida pela historiografia brasileira e pela população em geral, “sendo mais recordadas outras epidemias de igual importância, como a Gripe Espanhola de 1918/1919” (Balestro, 2017, p. 11). Tomando a doença como objeto de pesquisa e visando discutir a influência das pestes e epidemias nas práticas culturais, apresentaremos um estudo relativo às doenças e suas dimensões socio-culturais, a partir da análise de fontes como Relatórios dos Presidentes da Província, Código de Posturas Municipais, Termos de Vereança, além de jornais – *A Reforma*, *O Mercantil*, *O Guayba* – e fontes bibliográficas.

O campo da História da Saúde teve seu início ainda no século XIX. Uma história tradicional e enaltecida, focada no destaque às biografias e às “permanentes e inevitáveis vitórias da medicina e da razão sobre a doença e sobre o obscurantismo” (Hochman; Armus, 2004, p. 13). Influenciado pelo renovado olhar dos historiadores e historiadoras, preocupados em compreender as representações de uma cultura em determinado lugar e época, a partir da década de 1960, houve uma ampliação nesse campo de estudos, que se voltou para a compreensão da vida social, política e cultural dos grupos humanos, a partir da ocorrência de enfermidades individuais e coletivas (Balestro, 2017; Witter, 2007).

Ao afetar o viver em sociedade, as doenças contagiosas, sobretudo as que acarretam em grande mortandade, alteram a dinâmica social e podem exercer um grande impacto sobre as sensibilidades individuais e coletivas¹. Visível, sobretudo, no campo cultural, “o macabro se instala na literatura e na arte; propagam-se imagens trágicas, o tema do esqueleto, da dança macabra; a morte está em toda a parte” (Duby, 1998, p. 87). O prazer de levar uma vida em comum e de viver em companhia de outros, dá lugar ao medo de perecer em função da doença, afetando a forma de festejar dos grupos. É neste sentido que, a fim de discutir a experiência social da enfermidade em Porto Alegre e seu impacto sobre as sensibilidades individuais e coletivas, examinaremos as consequências do surto colérico nas práticas culturais da população, em especial, na forma de celebrar o carnaval.

Cólera em Porto alegre

Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, localizado ao extremo sul do Brasil, enfrentou um dos seus maiores problemas de saúde coletiva, na segunda metade do século XIX. A cólera, que chegara ao norte do Brasil, no início de 1855, atingiria a cidade no final daquele ano.

O Presidente da Província, barão de Muritiba, em relatório com que entregou a presidência a Jerônimo Coelho, expressava a apreensão que marcou a chegada da moléstia à região, em novembro de 1855: “nessa época infeliz a epidemia da cólera asiática, que dizimara tantas vidas em certas províncias do Norte, e invadira a própria Corte, começou a introduzir-se na Província, sem embargo das medidas preventivas que pus em prática logo depois da minha posse” (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1856a, p. 9). Chegando a bordo do vapor Imperatriz, vindo do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, o “terrível flagelo” causou por toda a parte “estrágos consideráveis, cuja recordação é e será por muito tempo assaz dolorosa”. Embora tenha atingido intensamente outras cidades do Rio Grande do Sul, na “capital a epidemia tornou-se avassaladora” (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1856a, p. 9).

1 Por sensibilidades entendemos a faculdade humana de sentir, a capacidade de reação física ou emocional diante dos acontecimentos. Neste caso específico, as emoções individuais e coletivas frente ao mal epidêmico.

Em apenas dois meses, 10% da população porto-alegrense faleceu por conta da doença. Joaquina Maria da Conceição, mulher preta, de 66 anos, natural da província, foi a primeira vítima fatal, ocorrida em 30 de novembro de 1855 (Livro de Óbitos N° 2, 1855). Com o aumento no número das mortes nos dias seguintes, a Comissão de Higiene Pública²

[...] tentou organizar mapas de mortalidade por quarteirões, os quais seriam conjugados ao final da epidemia em um mapa geral. [...] recomendou a suspensão das aulas nas escolas públicas, das procissões e pediu que os dobres de sinos das Igrejas fossem terminantemente proibidos, por excitarem o medo e tornarem as pessoas predispostas aos ataques da epidemia. Também sugeriu que o Presidente ordenasse à Santa Casa de Misericórdia – mantenedora e administradora do cemitério extramuros – que recebesse os mortos da epidemia sem as formalidades de praxe e os enterrasse o mais rapidamente possível (Witter, 2007, p. 82).

Nos meses que se seguiram, diversos mortos foram encontrados pelas ruas, não havia carroças suficientes para transportar os doentes, nem as vítimas fatais, tampouco um lugar para cuidar dos enfermos. As pessoas fugiam da cidade para evitar o contágio e nas ruas “eram queimados diversos tonéis de alcatrão como tentativa de espantar os ‘miasmas’ da doença” (Balestro, 2017, p. 57).

No Relatório do Presidente da Província, Jerônimo Francisco Coelho, sucessor do Barão de Muritiba, de 15 de dezembro de 1856 (1856b, p. 167), foi apresentado uma estatística a respeito dos “óbitos da epidemia de *Cholera-morbus* que tiveram lugar nos dois distritos da cidade de Porto Alegre, capital da província de S. Pedro, durante os meses de Dezembro de 1855 e Janeiro de 1856”. Segundo o documento, houve 1742 óbitos: 947 homens e 795 mulheres. Entre as vítimas, 897 eram pessoas livres; e 845, escravizadas. Entre os libertos, as mulheres representavam 47% dos óbitos; enquanto entre as escravizadas foram 44%. Para se de ter uma noção do impacto da epidemia na cidade, Balestro (2017, p. 60) destaca que o número de mortos na cidade era em média de 60 a 70 pessoas por mês, “número bem abaixo das mais de 1.000 pessoas que faleceram somente no mês de dezembro de 1855”.

Em 30 de abril de 1856, a Comissão de Higiene Pública declarou extinta a epidemia em Porto Alegre, mas a dolorosa experiência pandêmica marcaria a vida e a memória dos porto-alegrenses. Jerônimo Coelho, ao propor a organização de um regulamento de salubridade pública, a fim de prevenir novos surtos epidêmicos, afirmava que:

2 Órgão criado por meio do decreto nº 828, de 151, nas Províncias do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, detinha o poder clínico e de polícia, fiscalizando moradias, estabelecimentos comerciais e embarcações que apresentassem riscos à salubridade pública (BRASIL, 1851).

[...] das amargas lições da experiência, quantas vítimas sucumbem, podendo ter sido salvas, se não fora a confusão desordenada e própria das ocasiões de crise, e a falta absoluta de todo o sistema e método no emprego das medidas tendentes a combater uma epidemia em grande escala, principalmente quando chega ao ponto de sua máxima intensidade [...] (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1856b, p. 10).

Desta forma, a fim de traçar medidas preventivas para evitar o retorno da doença, levando-se em consideração a “entrada na estação calma e quente [...] e, especialmente pela falta de asseio e limpeza da cidade, em razão das imundícias, monturos e águas estagnadas, acumuladas em algumas praças, ruas, praias e quintais”, o Presidente da Província nomeou uma “comissão especial de 5 homens, composta do Sr. Chefe de Polícia, do presidente da câmara municipal, do da comissão de higiene, do chefe de seção de obras públicas, e de mais 1 facultativo” (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1856b, p. 9). Entre as medidas propostas pela comissão, estava a adoção de um sistema para regularizar o serviço de asseio e limpeza da cidade e a preparação de porções de roupas, medicamentos, utensílios e outros objetos para o pronto atendimento de “alguma nova invasão do mal epidêmico” (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1856b, p. 10). Também foram construídos paredões na rua do Poço (atual rua Jerônimo Coelho, em homenagem ao referido governante), abertos valos de esgotos e aterros nos terrenos adjacentes, a fim de fazer com que se desaparecesse o “cúmulo de imundícies, e de toda sorte de despejos, que com escândalo, e consentidamente se lançavam naquele ponto central da cidade a todas as horas do dia e da noite, e que por tantos anos constituíram um foco de infecção permanente e perigoso” (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1856b, p. 10). A falta de água potável era outro problema que também afetava a salubridade cidade, abrindo brechas para um novo surto e ainda para outros males. Desta forma, foram propostas algumas mediadas, como: a captação da água na nascente do Arroio do Sabão (atual Arroio Dilúvio), em Viamão, pois o local era considerado mais limpo do que as águas do rio Guaíba; a construção de bombas de água nas margens do rio; a instalação de oito chafarizes em diversos pontos da cidade; e a criação da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense em 1862 (Balestro, 2017).

Embora algumas das propostas para melhoria sanitária tenham se convertido em Posturas Municipais, de acordo com Witter (2007, p. 68), nenhuma das medidas “chegou a vigorar satisfatoriamente, visto as contínuas reclamações da Comissão ao Presidente da província e suas representações contra a falta de fiscalização da Câmara Municipal da capital para que o Código de Posturas fosse efetivado”. À vista disso, em março de 1867, haveria de ser registrado um novo surto de cólera na cidade. De menor impacto, mas com a capacidade de reavivar as lembranças da década anterior.

Tanto na Europa, quanto na América do Norte “o mal do Ganges” impactou profundamente o imaginário da população, “em função das imagens humilhantes

suscitadas pela doença e a forma como esta feria as sensibilidades da época” (Witter, 2007, p. 30). No Brasil e, em especial, em Porto Alegre, também se constituiu um imaginário de terror fundamentado no fato de que a doença “matava não somente metade daqueles que contaminava como também os matava em poucas horas e de maneira degradante” (Witter, 2007, p. 31). É neste sentido que se faz importante averiguar os impactos dessa enfermidade sobre as sensibilidades individuais e coletivas. No caso de Porto Alegre, o trauma da experiência colérica foi capaz de modificar costumes arraigados nas práticas carnavalescas da população, como veremos a seguir.

O carnaval em Porto Alegre no século XIX

Porto Alegre começou a ser ocupada ainda na primeira metade do século XVII, mas seu processo de povoamento só teria início com a chegada de 60 casais açorianos, em 1752. Promovida pela Coroa portuguesa, a vinda dos “Casais D’El Rei” visava o povoamento da zona missioneira - região localizada no noroeste do Rio Grande do Sul, distante 500 km da capital - que cabia a Portugal, desde o Tratado de Madrid (1750) (Pesavento, 1991). Os casais açorianos ficariam vinte anos assentados em terras que pertenciam, primeiramente, à Jerônimo de Ornellas e, posteriormente, ao jovem açoriano Inácio Francisco de Melo. Em 1772, as terras da sesmaria foram desapropriadas e divididas em meias datas entre as famílias assentadas. Houve ainda a demarcação de lotes, ruas e estrada e iniciou-se a construção dos primeiros edifícios cívicos e religiosos, como a Igreja Matriz, criando-se a freguesia denominada de São Francisco dos Casais (Pesavento, 1991; Simanski, 1998). No ano seguinte, a freguesia passou a ser a sede da administração do governo provincial, sendo elevada à categoria de vila, com a denominação de Porto Alegre, em 1810 (Freitas, 2010).

Em sua bagagem, os casais açorianos também trouxeram a forma portuguesa de celebrar o carnaval: o jogo do entrudo. Caracterizado como intróito de quaresma, três dias que precediam os quarenta de preparação para a Páscoa, no entrudo o povo divertia-se molhando uns aos outros, atirando farinha e polvinho, empregando peças jocosas e banqueteadando-se (Faria, 1861). De acordo com Flores (1999, p. 152) “era uma verdadeira batalha para molhar alguém com água jogada de balde, bacia ou seringa, com arremesso de limão de cheiro. [...] homens e mulheres se empenhavam em loucas correrias e agarramentos, jogando água. Era um salve-se quem puder!”

Apesar de ser largamente praticado, desde o início da colonização de Porto Alegre (Ferreira, 1970), com o passar dos anos, o entrudo passou a ser severamente criticado. Em 1839, por exemplo, o jornal *O Guayba* (Porto alegre, 11 de janeiro de 1839, p. 4), ao recriminar o jogo, bradava: “o veneno da saúde, o terrível sedutor da mocidade, o carrasco ordinário dos velhos, nunca terá a minha aprovação e dou a minha porção aos que só querem divertimentos mulheris e depois são reduzidos a se arrependem (*O Guayba*, Porto alegre, 11 de janeiro de 1839, p. 4).

As críticas à popular brincadeira destacavam tanto aspetos de ordem moral, em função dos excessos que seriam praticados durante o carnaval, quanto questões relativas ao prejuízo da saúde dos indivíduos. João Cândio Gomes³, sob o pseudônimo de O Estudante, em *Crônicas de Porto Alegre*, complemento da edição dominical do jornal *O Mercantil*, demonstrava sua insatisfação com o início do festejo entrudesco: “[...] primeiro dia em que cada qual tem o direito de estragar a roupa da gente e, o que não é melhor, de estragar a saúde” (*O Mercantil*, Porto Alegre, fevereiro de 1852).

É interessante destacar que Porto Alegre passará por um considerável crescimento populacional nas primeiras décadas do século XIX, como é possível perceber na tabela abaixo:

Tabela 1 – População estimada de Porto Alegre (1780-1858).

ANO	Nº DE HABITANTES
1780	1500 habitantes
1803	3927 habitantes
1808	6000 habitantes
1820	12 000 habitantes
1846	16 000 habitantes
1850	24 000 habitantes
1858	18 645 habitantes

Fonte: Simanski, 1998.

Embora se possa questionar a precisão desses dados para um levantamento populacional, ao observá-los podemos estimar um significativo aumento da população em Porto Alegre, que em 70 anos teria um crescimento de 1600%⁴. Conforme a população ia crescendo, novas demandas somavam-se às necessidades da vila. De acordo com Freitas (2010, p. 5), a

[...]região que praticamente configurava-se como uma aldeia caracterizada por moradores que se fixavam em ranchos, datas, sítios e/ou demais pedaços de terras, foi adquirindo um

3 João Cândio Gomes nasceu em Porto Alegre, em 1836. Jornalista, iniciou sua carreira como tipógrafo e colaborador do jornal *O Mercantil*, aos 16 anos de idade. O jornal *O Mercantil* foi fundado com João José de Faria Villasboas e circulou em Porto Alegre, entre 1º de dezembro de 1849 e 1865. Em 1874, João Cândio Gomes fundou um periódico homônimo, que circulou até 1897 (Franco, 2006).

4 Há de se destacar ainda o decréscimo populacional, verificado a partir da década de 1850, muito provavelmente em função da epidemia de cólera (Weber, 1992).

novo cenário que, mesmo de maneira muito provinciana, já acenava para a urbanização e a modernização, que teriam seu ápice na segunda metade do século XIX e início do XX.

Neste sentido, é preciso observar o combate à brincadeira do entrudo neste processo de surgimento das cidades brasileiras no pós-independência. Do tranquilo povoado do século XVIII, Porto Alegre passara a uma cidade em crescimento, a cada dia mais agitada, “onde se estabeleciam negócios, compras, vendas e demais relações comerciais, legitimando sua posição como importante posto de trocas comerciais e centro de decisões administrativas da Província” (Freitas, 2010, p. 5). A brincadeira carnavalesca já não era mais praticada somente entre famílias amigas e conhecidas, podendo ser fonte de desavenças e conflitos entre aqueles que não queriam “cair na folia” e aspiravam sinais de um novo tempo.

Com o objetivo de organizar a vida urbana e definir as regras de convivência, em 1829, foi elaborado o Código de Posturas Municipais de Porto Alegre. De acordo com Beatriz Weber (1992, p. 8), formulados pelas autoridades locais, esses códigos serviriam para regular o dia a dia da população: um “conjunto de normas que estabeleciam regras de comportamento e convívio para uma determinada comunidade, demonstrando a preocupação com a preservação da ordem e a segurança pública, incluindo aí as relativas à saúde pública”. Há de se destacar que a salubridade era uma das alternativas de prevenção de epidemias e que a higiene das cidades, pressupunha uma questão disciplinar, pois a “disciplina promoveria a profilaxia do comportamento” (Silva, 1997, p. 143).

Portanto, num primeiro momento, a ideia era disciplinar o espaço da rua. Neste sentido, no final de janeiro de 1832, a fim de regular a prática carnavalesca, os Termos de Vereança adotaram, “para ser incluído no Código de Posturas, um artigo proibindo o Entrudo aprovado na Câmara Municipal da Capital do Império” e, dias depois, enviaram “Editais ao Juiz de Paz da Cidade e Freguesias do Termo ordenando que se faça cumprir a nova Postura que proíbe o Entrudo” (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, 1994a).

Em 1834, o Conselho Geral da Província, organismo deliberativo com competência administrativa, que antecedeu a Assembleia Legislativa provincial, recebeu dos termos de vereança o Edital de 1832, contendo as razões da proibição do Entrudo no município, e o acatou (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, 1994b). Desta forma, foi estabelecido que:

Fica proibido o jogo do Entrudo dentro do Município: qualquer pessoa que o jogar, incorrerá na pena de dois mil reis á doze, e não tendo com que satisfazer, sofrerá de [dois] a oito dias de prisão: sendo escravo sofrerá oito dias de Cadeia, caso seu senhor o não mande castigar no Calabouço com cem açoites, devendo uns e outros infratores ser conduzidos pelas Rondas Policiais á presença dos Juizes de Paz para os julgarem á vista das partes, e

testemunhas, que presenciarem a infração. As laranjas d'entrudo, que forem encontradas pelas Ruas, ou estradas serão inutilizadas pelos Encarregados das Rondas. Aos Fiscais com seus Guardas também fica pertencendo a execução desta Postura (Porto Alegre, 2013).

Por conseguinte, no próximo ano, os termos de vereança já tomavam providências para proibir o Entrudo na cidade (Arquivo Histórico De Porto Alegre Moysés Vellinho, 1994d). Contudo, mesmo com a interdição, o jogo das molhadelas continuava a ser largamente praticado. De acordo com Flores (1996, p. 157), nem a ameaça de multa e de chicotes haveriam de esfriar os ânimos dos foliões. Refugiando-se em suas janelas, os brincantes mandavam “água e farinha nas patrulhas policiais. Os guardas voltaram ao quartel molhados e sem nenhum preso. A desgraça alheia, roupa molhada e penteado desfeito, provocavam gargalhadas e ditos graciosos”.

Em setembro de 1835, iniciava um dos principais conflitos armados que marcariam a história e a historiografia da região, a Revolução Farroupilha⁵. A fim de depor o Presidente da província Antônio Rodrigues Braga, os revoltosos atacaram a capital, Porto Alegre. A resistência ao cerco farroupilha valeu à cidade o título de “mui leal e valorosa”, ao mesmo tempo em que trouxe problemas no que tange à salubridade pública, em função da concentração da população sitiada (Pesavento, 1991). De acordo com Flores (1996, p. 195), nem mesmo durante a Revolução Farroupilha, com o cerco da cidade entre 1836 e 1839, a população deixou de jogar o entrudo.

A permanência do costume carnavalesco é constatada nas palavras de João Câncio Gomes que, ao retratar os acontecimentos locais, no ano de 1852, destacava:

[...] chegando o tempo do entrudo, acabam as cerimônias; em lugar da barretada o indivíduo olha para a individua e zás... E lá vai essa meia livra de água, dentro de um limão de cera, lavar-lhe a cara. As meninas fazem o mesmo: todo o ano com um abaixar da cabeça muito sisudo correspondem aos cumprimentos, no entrudo, é com outro limão de cheiro, ou com uma caneca de água sem cheiro, que mostram a sua benevolência (*O Mercantil*, Crônicas de Porto alegre, Porto Alegre, fevereiro de 1852, p. 50).

Entretanto, a epidemia de cólera que se alastrava pelo mundo e chegara também à porção meridional do Brasil, haveria de modificar esse cenário. Com a cólera matando em torno de 1000 pessoas por dia na cidade, nenhum folião ou foliona se atreveu a jogar o limão de cheiro ou canecas e baldes d'água, naquele carnaval de 1856. Há de ressaltar que o acesso à água potável era um dos problemas de salubridade pública da cidade. As águas do rio Guaíba serviam de fonte direta para o consumo da população,

5 De acordo com Pesavento (2014, p. 10), a Revolução Farroupilha foi uma “rebelião dos senhores de terra e gado gaúcho contra a dominação que a oligarquia do centro do país, beneficiária da independência, buscava impor sobre as províncias da jovem monarquia brasileira”. O conflito perdurou por dez anos e ameaçou a unidade do Império.

mas nele também se costumava lavar as vestimentas, inclusive de enfermos, e proceder o descarte do lixo (Balestro, 2017). A água contaminada foi, provavelmente, uma das causas da proliferação da doença.

No ano seguinte, sob o pseudônimo de *O Freguês*, Pedro Antônio de Miranda⁶, anunciava a chegada do carnaval. Na coluna Revista, do jornal *O Guayba*⁷, o escritor fazia uma resenha cômica dos eventos da cidade e pedia que a população preparasse “flores e doces, máscaras e carros” para a folia: “quero ver as meninas à janela sem medo dos imprudentes limões [...], o divertimento aguado fica abolido no código do bom tom, [...]brinquemos sem molestar o corpo e o juízo, que eu respondo por vós”, escrevia ele (*O Guayba*, Porto Alegre, 25 de janeiro de 1857, p. 37).

Nada de novo havia no pedido de *O Freguês*, há anos a brincadeira era condenada. Já proibida no Código de Posturas Municipais, deveria também ser extinta das normas de bom procedimento, de um comportamento socialmente correto e bem-educado. Desta vez, contudo, o pedido da imprensa haveria de ser atendido e, no mês seguinte, *O Freguês* finalmente pode anunciar que “desapareceu o limão antidiluviano, cessaram os batizados públicos, sucederam-lhe as máscaras ainda em pequeno número, mas sempre assaz para indicar as futuras alegrias, lembrando-se que a criança virá a crescer” (*O Guayba*, Porto Alegre, 22 de fevereiro de 1857, p. 69).

Reformador de costumes, o medo da cólera foi capaz de fazer com que a população deixasse de jogar o entrudo. Em seu lugar, houve “bailes masqués no - Café da Fama - e foram bem concorridos tanto por famílias, como por máscaras, entre as quais algumas se distinguiam pelo incansável humor com que desempenharam seus papéis de ocasião” (*O Guayba*, Porto Alegre, 22 de fevereiro de 1857, p. 69). O Carnaval à moderna, como chamava *O Freguês*, era uma alternativa ao antigo entrudo. Note-se que no Rio de Janeiro, capital do império, em 1855, foi fundado o primeiro clube carnavalesco – o Congresso das Sumidades Carnavalescas, representando “o choque entre a Desordem do Entrudo e a dignificação da folia, explicitada pela venezificação do carnaval carioca” (Alvares, 2014, p. 17).

6 Pedro Antônio de Miranda nasceu em Porto Alegre, em 14 de novembro de 1843. Foi colaborador do jornal *O Guayba*, entre seus 13 e 14 anos, onde mantinha a coluna “Revista”. Diplomado professor pela Escola Normal da capital, foi professor primário em Santa Maria e São Borja e fundador e diretor de uma escola primária em Itaqui, todas cidades do interior do Rio Grande do Sul. Foi, ainda, advogado provisionado em Porto Alegre e Uruguaiana, tabelião em Pelotas e Itaqui. Sua atuação jornalística teve lugar na capital e em Pelotas. Publicou críticas, crônicas, poemas, poemas em prosa, quadras humorísticas e almanaques.

7 O jornal *O Guayba*, primeiro periódico literário do Rio Grande do Sul, foi lançado no dia 03 de agosto de 1856 e circulou até 26 de dezembro de 1858. Era impresso nas oficinas da Tipografia Brasileira-Alemã. Seus redatores eram Carlos Jansen, editor e também proprietário da Tipografia, e João Vespúcio de Abreu e Silva. Criando um modelo de imprensa literária no estado, deu espaço para as ideias dos principais representantes da primeira geração romântica local e nomes promissores da época, como: Félix da Cunha, Miguel Meirelles, Rita Barem de Melo, Zeferino Vieira Rodrigues Filho, João Capistrano Filho, Catão Damasceno Ferreira, Eudoro Berlink e Furtado Coelho, entre muitos outros (Strelow, 2016).

Concebido para ser um festejo civilizado e civilizador, o carnaval veneziano correspondia às aspirações de modernidade almeçadas para o futuro da nação; enquanto o entrudo era caracterizado como uma bárbara tradição. A “civilização dos costumes” incluiria, assim, o abandono de práticas consideradas insalubres, como o velho jogo das molhadelas.

A preocupação com um novo surto epidêmico era constante, tanto que eram traçadas medidas preventivas, como vimos anteriormente. Embora não tenha sido registrado casos de cólera, entre junho de 1856 e março de 1867, temores sobre um possível retorno da doença alarmavam as autoridades e qualquer questão poderia ser vista como uma ameaça (Balestro, 2017). De acordo com Witter (2007, p. 265),

[...] o impacto emocional de uma epidemia (tanto quanto seus números de obituário) *pode* gerar debates, ações e até mesmo modificações mais, ou menos, sutis em uma sociedade. Seu poder principal é o de trazer à tona problemas, males e questões que já existem no universo atacado. As epidemias os tornam mais visíveis, os aprofundam, os revalorizam diante dos olhos dos seus contemporâneos. Cada sociedade reagirá a este impacto de acordo com suas especificidades, sua história e o contexto tecnológico, moral e político em que vive.

Como vimos, a brincadeira do entrudo já era há muito tempo condenada, vista por uma parcela da população como um mal a ser extinto. A partir da experiência epidêmica da cólera e de seus efeitos sobre as sensibilidades individuais e coletivas, potencializou-se o “problema do entrudo”, enquanto ameaça à salubridade pública. Neste sentido, mudar a forma de festejar o carnaval - bailes de máscara ao invés do jogo das molhadelas – pode ser entendida como uma reação da coletividade frente às calamidades despertadas pelo “terrível flagelo”, uma ação preventiva que partiu, não do poder público, mas da própria população, em consequência do trauma da primeira grande epidemia vivenciada na cidade. Nem leis, multas ou castigos, tampouco a guerra, foi capaz de conseguir o que a cólera efetivou. De acordo com Nascimento *et al* (2018, p. 410), “quando incurável e mortal, a doença tende a assumir uma forte carga simbólica no imaginário coletivo, entrelaçada psicossocialmente ao agir humano”. Deste modo, vê-se que o medo da doença fez com que a população modificasse suas práticas culturais, transformando sua maneira de celebrar o carnaval.

Em 1867, uma segunda epidemia de cólera atingiu a cidade. Desta vez, contudo, a mortalidade registrada foi muito menor do que a anterior, perecendo 0,7% da população em função da doença (Witter, 2007). A baixa intensidade do novo surto talvez tenha contribuído para que a população pudesse dar uma nova significação para a experiência epidêmica, permitindo-se reviver antigos costumes. Assim, o entrudo, que parecia ter sido abolido das práticas carnavalescas de Porto Alegre, haveria de ressurgir no carnaval de 1869: “jogou-se muito o entrudo que desde 1855 estava abolido, tanto que já não eram suficientes os limões, serviam bacias, jarros, canjirões, copos e canecas grandes, seringas que levavam uma medida d’água”, noticiava o jornal *Arcadia*.

À vista disso, podemos observar que embora tenha causado um grande impacto sobre as sensibilidades da época, fazendo com que a população se abstinhasse da brincadeira por mais de uma década, a experiência da cólera em Porto Alegre parece não ter tido ancoragem no sistema de representação social. De acordo com Nascimento (2014), a representação social da doença pode ser entendida como “um conjunto de imagens, sentimentos, configurações plásticas ou literárias, bem como valorações, pelo qual, apesar de seus diferentes modos de manifestação, doenças específicas vêm sendo ao longo do tempo representadas nas mentalidades coletivas”. Uma vez constituídas, essas representações coletivas moldam as condutas sociais e morais (Nascimento et al, 2018). Embora o primeiro surto de cólera tenha despertado o medo da população, fazendo com que buscasse ações preventivas ao flagelo, ao que tudo indica, não houve um enraizamento social da representação da peste, nem sua integração cognitiva ao sistema de pensamento preexistente e às transformações decorrentes (Sega, 2000). Isso pode ter facilitado o ressurgimento do entrudo, após superado o trauma da primeira epidemia. Afinal, como destacam Nascimento et al (2018, p. 42), “em cada contexto epidêmico, os costumes e regras sociais influenciavam a elaboração das diferentes respostas às doenças e na experiência do adoecimento”.

Isto não significa dizer que, com a volta da velha brincadeira, a imprensa não tenha utilizado argumentos que lhe atribuíam um caráter de ameaça à saúde pública, recorrendo ao discurso sanitário como forma de amedontar as folionas: “[...] Não é, porém digno das humanas filhas do Rio Grande, num tempo em que o tifo, a febre e a tísica dizimam a população, ensopar d’água os que transitam nas ruas banhados em suor?” (*A Reforma*, 15 de fevereiro de 1871. Apud: Ferreira, 1970, p. 19). Com vistas à abolição do entrudo e disciplinarização das ruas, utilizava-se a dimensão biológica dos corpos como argumento diferenciador e regulamentador do comportamento:

[...] ainda menos conveniente se pode dizer que é este jogo para as damas, pois a sua natureza, em certas ocasiões, tem exigências que não se dão bem com água fria, e mais de uma donzela robusta e viçosa tem deixado de ver o carnaval seguinte por haver sido arrebatada pela tísica, provocadas pelas águas aromáticas do limão (*A Reforma*, 15 de fevereiro de 1871. Apud Ferreira, 1970, p. 18).

Vale lembrar que, no que tange à cólera, os homens foram as maiores vítimas da doença, tanto entre escravos, quanto livres, perfazendo 54% das mortes em Porto Alegre, entre os meses de dezembro de 1855 e janeiro de 1856. O jornal *A Reforma*, contudo, reforça seu argumento sanitário alegando maior fragilidade do corpo feminino frente a algumas doenças. Ao condenar veementemente o retorno do jogo, o periódico defendia a implantação de uma nova forma de se brincar o carnaval, mais “moderna” e “civilizada” – aos moldes do que já havia sido proposto no Rio de Janeiro com o Congresso das Sumidades Carnavalescas –, trazendo para Porto Alegre o sonhado requinte do carnaval veneziano.

Isto posto, podemos perceber, como afirmam Hochman e Armus (2004, p. 17), o quanto o “processo saúde-doença diz respeito não apenas à salubridade ou insalubridade de nossos países, mas é revelador, constituinte e formador de aspectos cruciais da modernidade e da história social, política, intelectual e cultural latinoamericana”.

Conclusão

Ao se tornarem objetos de estudo da História, as doenças e enfermidades, mais especialmente as epidemias, como acontecimentos coletivos que alteram a dinâmica social, nos permitem buscar entender o universo mental – os modos de ser, as maneiras de pensar, as crenças que caracterizariam os indivíduos e/ou as coletividades de determinada uma época. Neste sentido, vimos que, embora o jogo do entrudo fosse proibido por lei e criticado pela imprensa, foi somente a experiência traumática da epidemia de cólera que conseguiu arrefecer os ânimos dos foliões e folionas porto-alegrenses, fazendo com que a população abdicasse de sua tradicional forma de celebração do carnaval.

O abandono da prática do entrudo nos anos que se seguiram não deixou de ser uma resposta coletiva de enfrentamento à doença. Ao impactar as sensibilidades individuais e coletivas, o medo da doença modificou costumes arraigados nas práticas carnavalescas da população, por quase quinze anos. Contudo, ao ser atingida por um novo surto epidêmico, a baixa intensidade no número de mortos, parece ter aplacado a forte carga simbólica da epidemia anterior.

Apesar de ter causado um grande impacto na sociedade porto-alegrense, a cólera e a experiência epidêmica não foi capaz de transformar as mentalidades de uma época no que tange ao festejar. No embate pela disciplinarização das ruas, pela civilização dos costumes, em busca de cidades salubres, representantes do progresso e da modernidade, novas formas de celebração do carnaval foram propostas. Contudo, o entrudo, enquanto uma herança cultural, parecia estar enraizado nos modos de festejar da população e retornaria depois de superada a traumática experiência epidêmica. Nem a cólera haveria de enterrá-lo para sempre!

Bibliografia

- Alvares, L. C. (2014) *O Rio Civilliza-Se: Memórias das Sociedades Carnavalescas, Uma Perspectiva Brasileira*. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. (1994a). *Termos de Vereança*. Livro 11, 31 de janeiro de 1832. In: Porto Alegre. Prefeitura Municipal. Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (1825-1835). Volume VII. Secretaria Municipal da Cultural.
- Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. (1994b). *Termos de Vereança*. Livro 11, 8 de fevereiro de 1832. In: Porto Alegre, Prefeitura Municipal. Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (1825-1835). Volume VII. Secretaria Municipal da Cultural.

- Arquivo Histórico De Porto Alegre Moysés Vellinho. (1994c). *Termos de Vereança*. Livro 11, 21 de janeiro de 1834. In: Porto Alegre, Prefeitura Municipal. Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (1825-1835). Volume VII. Secretaria Municipal da Cultural.
- Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. (1994 d). *Termos de Vereança*, livro 12, 25 de fevereiro de 1835. In: Porto Alegre, Prefeitura Municipal. Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (1825-1835). Volume VII. Secretaria Municipal da Cultural.
- Balestro, E. P. (2017). *Crenças, tradições e disputas: a epidemia do cólera de 1855. Trabalho de conclusão de curso* (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Brasil. *Decreto nº 598, de 14 de setembro de 1850*. (1850). Concede ao Ministério do Império hum credito extraordinario de duzentos contos para ser exclusivamente despendido no começo de trabalhos, que tendão melhorar o estado sanitario da Capital e de outras Povoações do Império.
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-598-14-setembro-1850-559839-publicacaooriginal-82251-pl.html>.
- Duby, G. (1998). *Ano 1000 ano 2000 na pista de nossos medos*. Ed. UNESP.
- Flores, M. (1996). Do entrudo ao carnaval. *Estudos Ibero-Americanos*, 22(1), pp. 149-162.
<https://doi.org/10.15448/1980-864X.1996.1.28783>
- Franco, S. da C. (2006). *Guia Histórico de Porto Alegre*. Editora da Universidade (UFRGS).
- Freitas, D. L. (2010). Encontros com Porto Alegre: a freguesia, a vila e a cidade (1772-1835). In: *X Encontro Estadual de História da ANPUH*, Santa Maria, RS.
- Hochman, G. & Armus, D. (Org.). (2004). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. FIOCRUZ.
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=252263&Pesq=cholera&pagfis=2864>
- Kodama, K. & Pimenta, T. S. (2020). *Condições de vida e vulnerabilidades nas epidemias: do cólera no século 19 à Covid-19*. Fiocruz.
<http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1794-condicoes-de-vida-e-vulnerabilidades-nas-epidemias-do-colera-no-seculo-19-a-covid-19.html#.YEIaiFVKjcc>
- Lewinsohn, R. (2003). *Três Epidemias: Lições do passado*. Editora UNICAMP.
- Livro de Óbitos N° 2 (22/03/1853-11/12/1855). Centro de Documentação e Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Transcrição. Apud: Balestro, Ernesto Pereira. (2017). *Crenças, tradições e disputas: a epidemia do cólera de 1855. Trabalho de conclusão de curso* (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Nascimento, D. R.; Vianna, E. S.; Moraes, M. C. & Silva, D. S. F. (2018). O indivíduo, a sociedade e a doença: contexto, representação social e alguns debates na história das doenças. *Khronos, Revista de História da Ciência*, nº 6, pp. 31 - 47.
https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/31122/2/Nascimento_O%20indiv%20C3%ADduo%2C%20a%20sociedade%20e%20a%20doen%2C%A7a.pdf
- Nascimento, D. R. (2014). A representação social das doenças como peste. *Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, n.2.
http://www.sbh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=776

- Pesavento, S. J. (1991). *Memórias Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre.
- Pesavento, S. J. (1994). *A Revolução Farroupilha*. Martins Livreiro.
- Porto Alegre (RS). (2013). Secretaria Municipal da Cultura. Livro de registro das posturas municipais de 1829 até 1888. Editora da Cidade: Letra & Vida.
- Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. (1856a). *Relatório com que o conselheiro Barão de Muritiba entregou a presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Presidente e comandante das armas, conselheiro e general Jerônimo Francisco Coelho*. Mercantil.
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=252263&pasta=ano%20185&pesq=&pagfis=1056>
- Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. (1856b). *Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Jerônimo Francisco Coelho*. Mercantil.
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=252263&pasta=ano%20185&pesq=&pagfis=1275>.
- Sêga, R. A. (2000). O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. *Anos 90*, n.13.
- Silva, M. L. da. (1997). *Do império da lei às grades da cidade*. EDIPUCRS.
- Simanski, L. C. P. (1998). *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. EDIPUCRS.
- Strelow, A. (2016). Primórdios da imprensa literária no Rio Grande do Sul - A história do jornal O Guayba. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 39(2). pp. 19-37.
<https://doi.org/10.1590/1809-5844201622>

Pestes e Epidemias: Estudos Interdisciplinares em Humanidades reúne dezasseis estudos que, sobre distintas épocas, analisam a capacidade de reagir, resistir e superar as diversas enfermidades que acompanham o desenvolvimento das sociedades humanas. Além do contributo para o conhecimento da influência de pestes e epidemias na cultura e na sociedade, os estudos coligidos neste Volume permitem uma reflexão interdisciplinar do entendimento humano acerca das causas e consequências desses surtos. Nos vários domínios das Humanidades, das narrativas às criações mais artísticas, há, de facto, um imenso legado cultural que importa continuar a estudar.

